

Gestão Socioambiental no Instituto Federal do Amapá: Uma proposta para adesão à A3P

Géssica de Almeida Leal

Roberta Dalvo Pereira da Conceição

Resumo: A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente que promove a sustentabilidade na administração pública, incentivando o uso racional de recursos e práticas ambientais responsáveis. Localizado na Amazônia Legal, o Instituto Federal do Amapá (IFAP) desempenha papel estratégico na implementação de ações sustentáveis, buscando reduzir impactos socioambientais negativos, sensibilizar servidores e estudantes e formar cidadãos ambientalmente conscientes. O presente trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade da adesão do IFAP à Agenda Ambiental na Administração Pública, visando à implementação de práticas de gestão socioambiental sustentáveis, contribuindo com a consolidação da missão institucional e o fortalecimento de uma cultura organizacional ambientalmente responsável. A pesquisa utiliza abordagens qualitativas e quantitativas, com revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários a gestores e servidores. Espera-se que os resultados forneçam subsídios para a execução de práticas sustentáveis na instituição.

Palavras-Chave: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P); Gestão socioambiental; Práticas sustentáveis; Instituto Federal; Amazônia.

1. Introdução

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), lançada pelo Governo Federal do Brasil, constitui uma estratégia voltada para promover a gestão ambiental responsável por órgãos e instituições públicas. A iniciativa busca reduzir o consumo de recursos naturais, assegurar a correta gestão de resíduos, aumentar a eficiência energética e sensibilizar colaboradores e parceiros para práticas sustentáveis. Além disso, estabelece orientações específicas para que o setor público implemente de forma efetiva o desenvolvimento sustentável, atuando como referência para outras áreas administrativas (Balestra & Castro, 2023).

O Instituto Federal do Amapá (IFAP) é uma instituição pública de ensino técnico, tecnológico e superior, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sob gestão do Ministério da Educação. Criado em 2008 por meio da Lei nº 11.892, o IFAP resultou da transformação e integração de antigas escolas técnicas e centros de educação tecnológica (Brasil, 2001).

O IFAP está situado no estado do Amapá, região norte do Brasil, na Amazônia Legal, concentrando cerca de 93% de cobertura vegetal nativa preservada (IEPA, 2016), o que confere à região elevada importância estratégica para ações sustentáveis em nível nacional e internacional. Nesse sentido, o posicionamento geográfico e ambiental do IFAP, aliado à sua atuação educativa, coloca a instituição em posição privilegiada, e desafiadora, para incorporar e adotar práticas exemplares de sustentabilidade.

Apesar de ter elaborado e executado o Plano de Logística Sustentável (PLS) entre 2018 e 2023, atualmente em fase de atualização para o período 2024-2029, o IFAP ainda não aderiu formalmente à A3P, embora o PLS seja um desdobramento direto das diretrizes do programa. Assim, a adesão à A3P representa uma oportunidade para consolidar e legitimar ações socioambientais, sistematizando práticas nos seis eixos do programa: uso racional de recursos, gestão de resíduos, qualidade de vida no trabalho, capacitação ambiental, compras sustentáveis e construções sustentáveis. A implementação dessas práticas fortalecerá a cultura organizacional voltada à sustentabilidade, reduzirá custos operacionais, atenderá políticas públicas nacionais e reforçará o papel do IFAP como exemplo de responsabilidade socioambiental para a comunidade acadêmica e a sociedade amapaense.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a viabilidade da adesão do Instituto Federal do Amapá à Agenda Ambiental na Administração Pública, visando à implementação de práticas de gestão socioambiental sustentáveis, contribuindo com a consolidação da missão institucional e o fortalecimento de uma cultura organizacional ambientalmente responsável.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Gestão Socioambiental

A gestão socioambiental emerge nas organizações para ajudar, prevenir, ou, ainda, resolver problemas, determinando socioambiental e o desenvolvimento econômico nas instituições

devem convergir seus interesses, buscando-se uma harmonia para diminuir os custos e evitar riscos ambientais (Oliveira *et al.*, 2021).

Para ser eficaz, essa gestão precisa estar integrada à missão das instituições e perpassar os planejamentos estratégico, tático e operacional, com o objetivo de deixar de ser uma filosofia bonita e torna-se uma ferramenta com aplicabilidade interna (Oliveira *et al.*, 2021).

A gestão socioambiental nas organizações demonstra preocupação com comportamentos éticos e atitudes responsáveis em relação às questões ambientais, contribuindo para prevenir, auxiliar e solucionar problemas por meio de políticas e responsabilidades claramente estabelecidas. Além disso, busca conciliar as demandas econômicas, sociais e ambientais.

Dada a sua relevância, as Instituições de Ensino Superior também devem implementar ações concretas de gestão socioambiental, uma vez que desempenham um papel fundamental na ampliação e divulgação do conhecimento científico (Gonçalves & Albuquerque, 2019).

2.2. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) teve início em 1999 como uma iniciativa dos servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em 2001, foi oficialmente instituído o Programa A3P, que, no ano seguinte, recebeu reconhecimento internacional da UNESCO pela relevância de suas ações e pelos resultados positivos já alcançados, conquistando o prêmio “O Melhor dos Exemplos”, na categoria Meio Ambiente (Brasil, 2009).

A A3P consolidou-se como um dos principais programas de gestão socioambiental voltados ao setor público brasileiro. Sua finalidade central é promover a adoção de práticas sustentáveis em instituições das três esferas de governo — federal, estadual e municipal — e dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao longo dos anos, vem sendo implementada por diversos órgãos e entidades, tornando-se referência em responsabilidade socioambiental e servindo também como modelo para outros segmentos da sociedade (Brasil, 2020).

De acordo com Pacheco e Silva (2021), a A3P possui grande relevância socioambiental para a administração pública, na medida em que organiza suas ações em eixos temáticos que orientam tanto as etapas de implementação quanto os públicos a serem atingidos. Dessa forma, o programa contribui para a incorporação de práticas sustentáveis no ambiente organizacional, gerando impactos positivos que se refletem diretamente na sociedade.

A A3P trabalha em seis eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão de resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis e Construções sustentáveis (Brasil, 2020).

Após a assinatura do Termo de Adesão à A3P, o Programa A3P concederá à instituição o Certificado de Sustentabilidade na Administração Pública, válido para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, além de possibilitar a participação no Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade (Brasil, 2020). Contudo, a adesão a esse programa pelos órgãos

públicos ainda ocorre de forma voluntária, sendo fundamental estimular o engajamento dessas instituições na adoção de práticas sustentáveis.

2.3 Estudos empíricos sobre gestão socioambiental na administração pública

Considerando a importância da gestão socioambiental e da sustentabilidade, diversos estudos têm abordado o tema na administração pública. As pesquisas citadas foram selecionadas com base no termo “A3P” nos últimos dez anos.

Nascimento *et al.*, (2024) afirmam que a UFPA já implementa iniciativas que estão em concordância com os cinco pilares da A3P, demonstrando progressos importantes. No entanto, ainda enfrenta obstáculos, como a necessidade de modificar hábitos, aumentar a divulgação de ferramentas, aprimorar a acessibilidade e a segurança, além de expandir a educação ambiental e a formação em compras públicas sustentáveis.

Vieira e Silva (2022) afirmaram que a autarquia federal analisada apresenta um desempenho "fraco" em relação à gestão ambiental. Através de um checklist, os autores verificaram que a adesão da instituição às melhores práticas da agenda ambiental é apenas de 26%. Esse achado indica a urgência de melhorar a gestão ambiental e de adotar medidas mais eficazes para mitigar os impactos gerados pelas atividades da instituição.

Conforme observado por Oliveira *et al.*, (2021), as instituições de ensino superior examinadas ainda não adotaram totalmente as diretrizes da A3P, principalmente no que se refere ao meio ambiente, o que requer medidas como a coleta seletiva e o tratamento adequado de resíduos perigosos. Os autores ressaltam que as restrições orçamentárias tornam desafiadora a adoção de práticas sustentáveis e enfatizam a urgência de uma política socioambiental robusta, que tenha o respaldo da alta gestão.

De acordo com Pacheco e Silva (2021), a UFRA e a UFOPA apresentam apenas uma adesão parcial aos eixos da Agenda A3P, priorizando ações voltadas à qualidade de vida no trabalho e à capacitação dos servidores. Contudo, verificou-se a ausência de iniciativas de conscientização sobre o uso racional de recursos naturais, bem como a falta de práticas sustentáveis relacionadas à gestão adequada dos resíduos.

Ferreira e Paes-de-Souza (2019) ressaltam que ainda há muito a avançar para que as instituições públicas assumam maior compromisso com a A3P, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Os autores destacam que a não obrigatoriedade do programa contribui para a baixa adesão observada e sugerem a criação de uma normativa que torne sua implementação obrigatória. Além disso, enfatizam a relevância de uma gestão ambiental pública eficiente e a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, visto que uma maior adesão à A3P pode gerar impactos significativos na sustentabilidade institucional.

O percurso da gestão socioambiental varia conforme as características de cada organização, como cultura, localização e recursos disponíveis (Oliveira et al., 2021). A A3P se destaca por oferecer um modelo estruturado em eixos temáticos, permitindo adaptações às especificidades

institucionais e promovendo estratégias que fomentem a sustentabilidade e gerem impactos positivos para a sociedade.

3. Método de Pesquisa

Os procedimentos metodológicos que serão delineados para o desenvolvimento deste estudo englobam as etapas e os métodos necessários à consecução dos objetivos propostos. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta de forma sistematizada os aspectos metodológicos adotados, abrangendo a natureza e a abordagem da pesquisa, os métodos epistemológicos, o campo de estudo, os critérios de amostragem, as técnicas de coleta de dados, os procedimentos éticos, bem como as estratégias de análise dos dados.

Quadro 1: Metodologia para pesquisa

Aspectos	Descrição	Referências
Natureza da pesquisa	Pesquisa aplicada	Prodanov e Freitas (2013);
Abordagem	Qualitativa Quantitativa	Creswell (2007); Yin (2016) Prodanov e Freitas (2013);
Objetivos	Descritivo - Exploratório	Prodanov e Freitas (2013);
Métodos epistemológicos	Dedutivo e Indutivo	Marconi e Lakatos (2003)
Campo de estudo	Servidores do Ifap	IFAP
Amostragem	Gestores da Progep, Proad, CGA, Dien e servidores no geral do Ifap	Marconi e Lakatos (2003)
Fonte da Coleta de dados	Primários, secundários e questionários pelo Google Formulários	Gil (2008)
Técnica de pesquisa	Pesquisa bibliográfica, Pesquisa documental e Estudo de Caso	Gil (2008), Prodanov e Freitas (2013)
Procedimentos éticos	Comitê de ética e TCLE	Gibbs (2009)
Análise dos dados	Análise comparativa e Análise estatística descritiva	Fávero e Belfiore (2017) Stevenson (1981) Gil (2008)

Fonte: Autor (2025)

3.1 Natureza do estudo

A pesquisa aplicada foi escolhida como abordagem devido à sua habilidade de gerar conhecimentos relevantes e alinhados à realidade do IFAP, com o objetivo de identificar obstáculos, oportunidades e estratégias que incentivem a adesão à A3P. Essa opção metodológica é válida, pois permite que os resultados contribuam para a tomada de decisões e

a implementação de práticas de gestão socioambiental, proporcionando soluções tangíveis para um problema específico da instituição. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada tem a intenção de produzir conhecimentos com uma aplicação prática, focando na solução de questões específicas, considerando as verdades e interesses locais.

3.2 Abordagem

A presente pesquisa adota a abordagem qualitativa e quantitativa, justificada pela natureza do objeto de estudo, que consiste em analisar a viabilidade de adesão do Instituto Federal do Amapá (IFAP) à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Considerando que o tema envolve percepções, experiências e significados atribuídos por gestores, servidores e membros da comunidade acadêmica, sua compreensão não se mostra passível de apreensão adequada e por meio de dados numéricos ou estatísticos, exigindo, portanto, uma análise mais aprofundada do ponto de vista interpretativo.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), considera-se que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Isso envolve a aplicação de ferramentas e métodos estatísticos (como porcentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros).

De acordo com Creswell (2007), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelos indivíduos a problemas sociais, por meio da coleta de dados em contextos naturais e de sua análise interpretativa, resultando na construção de reflexões e propostas de transformação. Em complemento, Yin (2016) salienta que a abordagem qualitativa é caracterizada por privilegiar a compreensão da vida das pessoas em seu contexto real, valorizar as perspectivas dos participantes, considerar as condições contextuais que influenciam suas práticas sociais, bem como utilizar múltiplas fontes de evidência para sustentar a investigação.

3.3 Classificação quanto aos objetivos

Este estudo é classificado como descritivo-exploratório em relação aos seus objetivos. A pesquisa exploratória, segundo Prodanov e Freitas (2013), é realizada em uma fase inicial, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema em questão, permitindo sua definição e estruturação. Esse enfoque ajuda a refinar o tema de pesquisa, orienta a definição de objetivos e hipóteses, além de abrir espaço para a identificação de novas perspectivas no estudo. Por outro lado, a pesquisa descritiva, conforme os mesmos autores, “ocorre quando o pesquisador apenas observa e relata os fatos sem interferir neles. Seu propósito é caracterizar uma população ou fenômeno específico e/ou identificar interações entre variáveis” (Prodanov & Freitas, 2013). Dessa maneira, a pesquisa adota um caráter exploratório ao buscar obter informações preliminares sobre a gestão socioambiental no Instituto Federal do Amapá (IFAP) e explorar novas perspectivas em relação à adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Ao mesmo tempo, tem um caráter descritivo, uma vez que visa caracterizar a realidade da instituição, abordando seus desafios, potencialidades e possíveis conexões com as diretrizes da A3P.

3.4 Métodos epistemológicos

O estudo utiliza de maneira complementar as abordagens indutiva e dedutiva. O método indutivo, conforme Marconi e Lakatos (2003), parte da análise de situações particulares para a formulação de generalizações mais amplas, possibilitando a identificação de padrões e inferências a partir dos dados observados. Já o método dedutivo, segundo os mesmos autores, segue do geral para o particular, aplicando premissas consolidadas a casos específicos, não necessariamente ampliando o conhecimento existente, mas sistematizando-o de maneira lógica.

No presente estudo, a abordagem indutiva permite reconhecer práticas isoladas de sustentabilidade no Instituto Federal do Amapá (IFAP) e inferir seu potencial de alinhamento com os eixos da A3P. Em contrapartida, a dedutiva contribui ao aplicar princípios gerais da gestão socioambiental e as diretrizes normativas da A3P, avaliando sua viabilidade de implementação na realidade institucional.

3.5 Campo de estudo e Amostragem

O estudo será desenvolvido com os servidores da Reitoria do Instituto Federal do Amapá (IFAP). A amostra será definida em dois momentos: inicialmente, contemplará gestores, membros da equipe técnica e servidores vinculados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, à Pró-Reitoria de Administração, à Diretoria de Engenharia e ao Comitê Institucional de Gestão Ambiental, por sua relação direta com os eixos da A3P; em seguida, será ampliada para incluir servidores da Reitoria em geral. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a amostra corresponde a uma parcela selecionada do universo ou população, constituindo um subconjunto representativo do todo.

3.6 Coleta de dados e técnicas de pesquisa

A coleta de dados deste estudo será realizada em duas fases, abrangendo fontes secundárias e primárias. Na primeira fase, serão coletados dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico focará na literatura sobre gestão socioambiental, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a legislação ambiental, considerando os últimos dez anos de publicações em revistas científicas.

Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica se baseia em materiais já existentes, como livros e artigos acadêmicos, permitindo ao pesquisador explorar uma variedade mais ampla de fenômenos do que seria viável investigar de forma direta, especialmente quando os dados estão dispersos em diferentes fontes. Nessa linha, Prodanov e Freitas (2013) ressaltam que a pesquisa bibliográfica utiliza materiais publicados, como livros e periódicos, e requer uma avaliação cuidadosa da confiabilidade das fontes e da consistência das informações coletadas.

A pesquisa documental, por sua vez, abrangerá o período de 2022 a 2026 e incluirá documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano de Logística Sustentável (PLS), planos anuais de ação, relatórios de gestão e outros documentos internos do IFAP com foco em sustentabilidade e gestão ambiental. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental se distingue da bibliográfica ao empregar fontes mais variadas e dispersas, como arquivos institucionais, regulamentos, memorandos, correspondências, fotografias e relatórios, que são fontes robustas e ricas em dados, especialmente em estudos históricos.

Na segunda fase, a coleta de dados primários será feita por meio de pesquisa de estudo de caso, com a aplicação de questionários que serão inicialmente submetidos à Plataforma Brasil, como parte do procedimento ético. Os questionários conterão tanto perguntas abertas quanto fechadas e serão enviados por e-mail aos servidores, elaborados no Google Formulários.

O primeiro questionário será destinado aos gestores, membros da equipe técnica e servidores ligados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, à Pró-Reitoria de Administração, à Diretoria de Engenharia e ao Comitê Institucional de Gestão Ambiental, dada sua ligação direta com os eixos da A3P. O segundo questionário será aplicado aos outros servidores da Reitoria, visando avaliar a percepção sobre as práticas socioambientais existentes e a viabilidade de adesão à A3P. Para enriquecer as informações, serão feitas observações e análises dos processos e práticas administrativas atuais relacionadas à sustentabilidade, permitindo a triangulação de dados entre fontes bibliográficas, documentais e empíricas.

A aplicação dos questionários será realizada online, de forma assíncrona, sem a interferência direta do pesquisador, permitindo maior comodidade, alcance e espontaneidade nas respostas. Segundo Gil (2019), o questionário é uma técnica eficaz para a coleta de informações de grupos grandes, especialmente quando estruturado com perguntas abertas e fechadas. As respostas obtidas serão organizadas automaticamente em planilhas do Excel, garantindo um armazenamento seguro e facilitando o tratamento e análise dos dados.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa envolve a coleta e análise de dados sobre indivíduos, grupos ou comunidades, com o intuito de entender diferentes aspectos da realidade em relação ao fenômeno investigado. Desse modo, o estudo considera o IFAP como unidade de análise, permitindo uma investigação aprofundada de suas práticas, contextos e desafios em relação à adesão à A3P.

3.7 Procedimento éticos

Os métodos éticos implementados na coleta de dados, por meio de questionários, visam assegurar o respeito, a proteção e a privacidade dos participantes. Todos os envolvidos serão informados antecipadamente sobre os objetivos do estudo, os procedimentos a serem executados, a maneira como os dados recolhidos serão utilizados e a possibilidade de se retirarem a qualquer momento, sem qualquer repercussão negativa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como destacado por Gibbs (2009), a ética desempenha um papel crucial em pesquisas qualitativas, especialmente nas fases de planejamento e coleta de dados. O autor ressalta a relevância do consentimento informado, assegurando que os participantes compreendam integralmente o estudo, tenham liberdade para desistir a qualquer momento e garantias sobre a proteção de suas informações.

Além disso, será assegurado o sigilo e a privacidade das respostas, com os resultados sendo apresentados de maneira consolidada para resguardar a identidade dos envolvidos. A participação será completamente voluntária, sem qualquer forma de pressão ou coerção. Todas

as medidas necessárias serão adotadas para evitar possíveis danos físicos, psicológicos, sociais ou profissionais que possam resultar da participação no estudo.

As informações obtidas serão empregadas exclusivamente para propósitos acadêmicos, em consonância com os objetivos previamente informados aos participantes. A pesquisa será submetida à análise de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo a conformidade com as normas legais e éticas vigentes, especialmente a Resolução CNS nº 510/2016, que regulamenta as pesquisas que envolvem seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais.

3.8 Análise de dados

A análise dos dados desta pesquisa adota uma abordagem mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas. Na fase quantitativa, aplica-se a estatística descritiva aos questionários estruturados, enquanto na qualitativa realiza-se uma análise comparativa dos documentos institucionais e das respostas obtidas, à luz das especificações da A3P. Segundo Gil (2008), a análise visa organizar os dados coletados de forma a viabilizar respostas ao problema da pesquisa.

Considerando a diversidade das informações, foram definidas categorias analíticas com base nos eixos estruturantes da A3P (MMM, 2020). Nesse contexto, Stevenson (1981) destaca que os métodos estatísticos exigem a organização e sumarização dos dados como etapa essencial para sua interpretação. Fávero e Belfiore (2017) reiteram essa premissa ao afirmar que a estatística descritiva, ao sintetizar as principais características observadas, constitui a base para a compreensão do comportamento dos dados e o aprimoramento do conhecimento.

4. Conclusões

A adesão do Instituto Federal do Amapá (Ifap) à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) fortalece a gestão socioambiental da instituição, promovendo o uso racional de recursos, a redução de impactos ambientais e a economia de despesas. Além de contribuir para a conscientização de servidores e estudantes, a iniciativa melhora a imagem institucional, incentiva projetos de pesquisa e extensão voltados à sustentabilidade e reforça o compromisso do Ifap com o desenvolvimento socioambiental da região amazônica.

Referências

Balestra, K. M. P., & Teixeira Castro, D. (2023). ESG na administração pública: Uma proposta de metodologia para mensuração na Universidade Federal do Tocantins. *Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 10(Especial 4). https://doi.org/10.20873/DossieGov.Sust_4

Brasil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2009). *Agenda Ambiental na Administração Pública A3P* (5ª ed., rev. e atualizada). Brasília, DF. https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf

Brasil. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>

Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens* (3. ed., Dados eletrônicos). Porto Alegre: Penso.

Ferreira, R. G., & Paes-de-Souza, M. A. (2019). A adesão das instituições públicas da Amazônia Legal à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, 11(3, especial), 223–240. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v11n3p223-240>

Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: Estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata* (1. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Gibs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6. ed.). São Paulo: Atlas.

Gonçalves, M. M., & Albuquerque, J. L. (2019). Solid waste management at the University Restaurant of the Federal Rural University of Pernambuco: Diagnosis and analysis from the perspective of the Environmental Agenda for Public Administration. *Revista de Administração da UFSM*, 12(Edição Especial), 1260–1277.

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. (2016). *Diagnóstico ambiental do Amapá*. Macapá: IEPA.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5. ed.). São Paulo: Atlas.

Nascimento, E. P., & Silva, A. dos S. (2024). Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P): Análise da viabilidade de adesão da Universidade Federal do Pará. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 9.

Oliveira, L. M. S., dos Santos, S. M., & Cabral, A. C. de A. (2021). Gestão socioambiental: Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em instituições federais de ensino superior. *Gestão e Sociedade*, 15(41), 3984–4012. <https://doi.org/10.21171/ges.v15i41.3535>

Pacheco, I. B. G., & Silva, R. M. P. da. (2021). Agenda Ambiental na Administração Pública: Aplicação e contribuições socioambientais em universidades federais. *Id on Line Rev. Psic.*, 15(57), 297–317.

Prodanov, C. A., & Freitas, E. C. (2023). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2. ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

Santos, J. C. M. (2017). Desafios da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): O caso da Pernambuco Participações e Investimentos S/A. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 6(2), 133–153. <http://doi.org/10.19177/rgsa.v6e22017133-153>

Stevenson, W. J. (1981). *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra.

Vieira, I. L., & Silva, E. R. da. (2022). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Análise da aderência de uma autarquia federal - Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro. https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/7839/6009

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.